

ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO MÉDIO NO MARANHÃO

SCHOOL DROPOUT AND ATTRITION IN HIGH SCHOOL-LEVEL YOUTH AND ADULT EDUCATION IN MARANHÃO

Diego Rodrigo Pereira¹
Alexandre Viana Verde²
Ednaldo dos Reis Santos³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o abandono e a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio no Maranhão. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo em quatro escolas vinculadas à Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, incluindo a aplicação de questionários aos estudantes participantes. Os resultados demonstram que fatores socioeconômicos são determinantes do abandono e da evasão na rede pública estadual, influenciando as condições de permanência na escola. Outros fatores, como a falta de suporte físico e pedagógico, de acolhimento e de garantia de direitos por parte do governo, das gestões locais e das escolas, também contribuem. Isso exige uma atuação mais incisiva do Estado na oferta de condições que assegurem o acesso e a permanência dos estudantes até a conclusão da Educação Básica. Conclui-se que as causas do abandono e da evasão, sobretudo na rede estadual, estão diretamente relacionadas ao modo de vida das populações em contextos desfavoráveis, marcados por profundas desigualdades sociais.

1

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Ensino Médio. Abandono Escolar. Evasão Escolar.

ABSTRACT: This article aims to analyze school dropout and attrition rates in high school-level Youth and Adult Education in Maranhão. The research employed a qualitative approach involving a literature review, document analysis, and fieldwork at four schools under the Maranhão State Department of Education, including the administration of questionnaires to participating students. The results demonstrate that socioeconomic factors are key determinants of dropout and attrition within the state public school system, influencing students' ability to remain in school. Other contributing factors include a lack of physical and pedagogical support, insufficient welcoming environments, and a failure to guarantee rights on the part of the government, local administrators, and the schools themselves. This situation calls for more decisive state action to provide conditions that ensure student access and retention through the completion of basic education. The study concludes that the causes of dropout and attrition—particularly within the state system—are directly linked to the lifestyles of populations living in disadvantaged contexts characterized by profound social inequalities.

Keywords: Youth and Adult Education. High School. School Dropout. School Dropout.

¹Doutor em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

²Mestre em Educação e Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professor da Rede Municipal de Ensino de São Luís – MA.

³Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor Formador da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9.394/96, define a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade da Educação Básica e instrumento para a educação e aprendizagem ao longo da vida, destinada aos adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas que não iniciaram ou interromperam os estudos escolares, possibilitando condições de pleno desenvolvimento para o trabalho, exercício da cidadania e prosseguimento dos estudos, mediante cursos e exames vinculados ao mundo do trabalho e prática social, como ferramenta para a diminuição das taxas de analfabetismo e a elevação da escolaridade básica da população do país (Brasil, 1996).

A EJA é um campo educacional de longa história, marcado por pesquisas, políticas públicas e diretrizes educacionais (Arroyo, 2011). É uma modalidade destinada a sujeitos que constroem sua trajetória de escolarização básica fora dos padrões definidos no ensino regular, interromperam os estudos por inúmeros fatores e retornam à escola para recuperar a autoestima perdida, de modo a se qualificarem para o mundo do trabalho e se prepararem para ingressar na Educação Superior (Brunel, 2004).

Ao considerar a territorialidade e os contextos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do estado do Maranhão, a modalidade desempenha papel fundamental ao oferecer oportunidades educacionais a quem não teve acesso à educação formal. A garantia desse direito implica infraestruturas, financiamentos, recursos didáticos, práticas e conhecimentos que favoreçam o desejo de aprender e de frequentar a escola. No Maranhão, os indicadores educacionais são preocupantes e, nesse contexto, o abandono e a evasão escolar contribuem significativamente para agravar esse panorama.

Embora os conceitos de abandono e evasão escolar sejam semelhantes, caracterizam situações distintas em que os estudantes desistem da escola. Para analisar os dois conceitos nesta pesquisa, utilizou-se a perspectiva institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela produção de evidências educacionais fundamentais para a compreensão da educação nacional. O abandono escolar é definido como a situação em que o estudante interrompe a frequência às aulas sem ter sido transferido, mas retorna no ano letivo subsequente para se matricular no mesmo ano ou série escolar. Já a evasão escolar configura-se entre um ano letivo e outro, quando o estudante abandona o curso ou é reprovado em determinado ano letivo e não realiza matrícula na escola no ano seguinte para continuar os

estudos. Para uma compreensão adequada, a Figura 1 apresenta as taxas de transição e de rendimento escolar utilizadas no Censo Escolar da Educação Básica, explicando as condições em que o abandono e a evasão ocorrem.

Figura 1 – Taxas de transição e de rendimento escolar.



Fonte: Página da Associação Nova Escola.⁴

O abandono e a evasão escolar são termos carregados de sentidos que culpabilizam os sujeitos por interromper os estudos, isentando a escola e o sistema educacional de qualquer responsabilidade por esses fenômenos (Moura e Silva, 2007). Segundo Sarmento (2009), o abandono escolar está relacionado com o incumprimento dos objetivos de escolarização obrigatória e universal. A atenção aos estudantes, em suas condições pessoais e sociais, relacionadas à sua aprendizagem, é crucial para a tomada de decisões e necessária para mitigar as causas e as consequências do abandono e da evasão escolar (Silva, 2023).

⁴ Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2849/entenda-as-taxas-de-transicao-escolar-e-de-rendimento-dos-alunos>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Os conceitos referidos nos permitem confrontar a realidade da escola, na qual o estudante é visto como um transgressor que deve sofrer punições, sem ser questionado sobre as razões que o afligem e o levam, inicialmente, a abandonar a escola e, depois, a incorrer na condição de estudante evadido. São problemas recorrentes no Brasil, para os quais se devem buscar mecanismos que os minimizem, visando à permanência dos estudantes em sala de aula (Silva, 2023).

Em outras palavras, abandono e evasão escolar são conceitos socialmente vinculados e devem ser analisados no mesmo contexto que fundamenta a EJA, especialmente no que se refere às suas reproduções e construções históricas, apesar de suas contradições. Com histórico de retenção e em busca de meios de concluir a escolarização, os estudantes da EJA enfrentam diversas dificuldades para concluir os estudos.

Este artigo resulta de uma pesquisa de doutorado aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Parecer Consubstanciado n.º 5.433.076. Seu objetivo é analisar o abandono e a evasão escolar na EJA do Ensino Médio no Maranhão. A pesquisa justifica-se pela importância acadêmica e social, considerando a relevância de investigar os fatores relacionados ao abandono e à evasão nesse contexto.

O estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa e contemplou revisão bibliográfica e análise documental para a compreensão e a contextualização histórica e sociocultural do objeto de pesquisa. A abordagem qualitativa considerou o contexto no qual os dados foram coletados e buscou atribuir validade e confiabilidade a eles, cujas conclusões demandaram uma revisão em observância aos significados, regularidades, padrões e elucidações, demonstrando que as conclusões são dignas de crédito, defensáveis, garantidas e suscetíveis de explicações alternativas (Gil, 2008).

A pesquisa bibliográfica contemplou livros, artigos e dissertações, com fundamentação teórica consistente para aprofundamento do objeto de estudo. Tais fontes secundárias foram analisadas em profundidade, verificando-se cada informação para identificar possíveis incoerências ou contradições, além de recorrer a fontes diversas para evitar o uso de material com dados coletados ou processados de forma equivocada (Gil, 2008). Na análise documental, as bases legais e os indicadores educacionais utilizados levaram em conta o contexto em que essas fontes foram elaboradas, os sujeitos envolvidos (autoria e destinatários), bem como seus objetivos, alcances e limites.

A pesquisa de campo foi realizada em quatro escolas de Ensino Médio com oferta na

modalidade EJA, integrantes da Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão e da Unidade Regional de Educação (URE) de São Luís. No Quadro 1, são identificadas as escolas participantes.

Quadro 1 - Escolas participantes da pesquisa.

NOME DA ESCOLA	ENDEREÇO	LOCALIZAÇÃO
Centro de Ensino Cidade de São Luís	Av. 04, s/n – Cohab Anil IV	São Luís/Urbana
Centro de Ensino Vicente Maia	Rua Estados Unidos, s/n – Anjo da Guarda	São Luís/Urbana
Centro de Ensino Pedro Álvares Cabral	Av. 01, s/n – Jardim América	São Luís/Urbana
Centro de Ensino Liceu Maranhense	Parque Urbano Santos, s/n – Centro	São Luís/Urbana

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2022).

A seleção das quatro instituições escolares levou em consideração os dados coletados na URE de São Luís em 2020, que as identificaram como as que apresentaram o maior número de turmas de Ensino Médio na modalidade EJA, entre as 44 escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão situadas na capital que ofereciam essa etapa nessa modalidade. As quatro instituições escolhidas são consideradas relevantes na capital, por estarem localizadas em pontos estratégicos das zonas central, urbana e periférica da cidade, o que permite obter uma visão abrangente da oferta de EJA no Ensino Médio, com ênfase nos aspectos geopolíticos, sociais e educacionais.

5

Os participantes selecionados foram 40 estudantes da EJA, sendo 10 de cada uma das escolas pesquisadas. A escolha dos estudantes considerou aqueles que, em algum momento de suas vidas, haviam interrompido os estudos e, posteriormente, os haviam retomado, ocasião em que foram selecionados para participar deste estudo. Como técnica de coleta de dados da pesquisa, foram aplicados questionários individuais, com questões fechadas e abertas.

Após a coleta de dados nos campos de pesquisa, iniciaram-se os processos de tabulação e qualificação, a fim de construir a análise dos resultados com base no referencial teórico e legal, buscando explicações implícitas e estabelecendo as determinações, relações sócio-históricas, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática do estudo e que sustentaram a elaboração deste trabalho.

Para a elaboração deste artigo, utilizou-se o Grammarly, uma ferramenta de inteligência artificial que auxiliou na revisão gramatical, ortográfica e de pontuação, aprimorando a clareza, concisão e adequação do texto.

Este artigo está organizado em três partes: além da introdução, a segunda seção apresenta uma pesquisa empírica que analisa os dados dos estudantes participantes, com base em suas identidades, percepções e expectativas sobre abandono e evasão escolar, reforçando a ideia de que fatores socioeconômicos são determinantes nesses fenômenos na EJA. Nas considerações finais, na terceira seção, destacam-se as razões do abandono e da evasão, acentuadas pelas desigualdades sociais no Maranhão.

ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO MARANHÃO

Segundo Silva (2023, p. 23), “o abandono e a evasão escolar não se restringem a um parâmetro específico, mas a uma diversidade de fatores responsáveis que, concomitantemente, podem influenciar a permanência do aluno no ambiente escolar”. As condições socioeconômicas do estudante, a gestão escolar, entre outros condicionantes, podem impactar a presencialidade e a continuidade dos estudos, gerando um clima de preocupação na comunidade escolar. As instituições, os professores, a família e os estudantes sofrem com as deficiências de um sistema educacional carente e excludente (Brunel, 2004).

A experiência do Brasil mostra que não é fácil motivar as pessoas jovens, adultas e idosas das camadas populares a voltarem para a escola, sobretudo em contextos de reduzida mobilidade social, nos quais os esforços empreendidos em prol da elevação da escolaridade e aquisição de novas qualificações raramente recompensados por uma adequada ocupação e remuneração, pois, embora se tenha consciência de que a educação como direito está assegurada, a lógica da desigualdade não se rompeu no campo educacional (Di Pierro, 2023; Oliveira, 2007).

Nesse contexto desfavorável, a EJA é uma alternativa de compromisso com a educação das camadas populares e com a superação das diferentes formas de exclusão e discriminação existentes em nossa sociedade, embora não alcance todas as pessoas que estão fora da escola. Várias pessoas que buscam a escolarização básica, diante das tímidas flexibilizações desta modalidade, não conseguem articular suas trajetórias de vida com o estilo escolar (Soares, Giovanetti e Gomes, 2011; Arroyo, 2011).

Neste cenário, os estudantes da EJA com histórico de repetência, abandono e evasão escolar encontram-se desmotivados em relação à instituição educacional e a si próprios. Em alguns casos, esses indivíduos atribuem exclusivamente a si próprios um fracasso que, na realidade, não é inteiramente de sua responsabilidade. Ressalta-se que, frequentemente, as

causas do fracasso escolar são atribuídas unicamente aos estudantes e às suas famílias, o que naturaliza a responsabilidade individual. No entanto, para compreender os contextos e fatores que contribuem para o abandono e a evasão na modalidade de ensino, faz-se necessário analisar como se dá a exclusão social em todos os níveis e esferas estruturais, institucionais e sociais.

A interseção entre fatores econômicos, sociais e pessoais influencia o abandono e a evasão na EJA. É necessário garantir a sobrevivência, visto que diversos estudantes enfrentam dificuldades financeiras e precisam trabalhar para assegurar sua subsistência e a de suas famílias. Os subempregos, por exemplo, oferecem uma rota de atendimento às necessidades básicas dos estudantes, mesmo que temporários, e, assim, eles não veem valor imediato nos estudos como forma de progredir na carreira.

Ademais, é possível que os estudantes sintam falta de ligação entre a educação formal e as oportunidades de emprego, o que pode reduzir as expectativas em relação ao sistema educacional. Outro ponto relevante diz respeito aos conflitos de horário, visto que a jornada de trabalho pode ser incompatível com os horários das aulas, o que dificulta a conciliação entre essas responsabilidades.

Desafios pessoais, como problemas de saúde, dificuldades familiares, falta de autoconfiança ou baixa autoestima, também dificultam a continuidade nos estudos, agravados pelas condições financeiras e pela necessidade de trabalhar. Na fase adulta, algumas pessoas ficam sobrecarregadas por compromissos de trabalho, responsabilidades familiares e comunitárias, além de estarem sujeitas a trabalhos informais e arranjos de vida precários. Dessa forma, apresentam dificuldades para empreender projetos de formação de médio prazo e, constantemente, têm frequência escolar instável (Di Pierro, 2023).

Estas razões não devem ser interpretadas como reflexo do desinteresse dos estudantes pela escola. Pelo contrário, ilustram as dificuldades enfrentadas em um contexto social e econômico contraditório, marcado pela divisão de classes. Argumenta-se que, para combater o abandono e a evasão escolar, as políticas educacionais e sociais devem oferecer suporte abrangente ao público da EJA, como assistência financeira, apoio pedagógico flexível e uma rede de cuidados socioemocionais.

A subseção a seguir apresenta uma análise detalhada das questões relacionadas aos fatores internos e externos que influenciam, direta ou indiretamente, o abandono e a evasão na EJA da rede estadual de ensino maranhense.

Abandono e evasão escolar no Maranhão sob a perspectiva dos estudantes

Com base na pesquisa realizada, constatou-se que, em 2020, em toda a Rede Estadual de Ensino do Maranhão, foram registradas 790 escolas de Ensino Médio, das quais apenas 386 ofereciam a EJA. Em 2022, houve uma redução para 774 escolas de Ensino Médio e, por conseguinte, na EJA houve um acréscimo de uma escola, totalizando 387 escolas que oferecem a EJA. Nesse processo, em São Luís, registrou-se, em 2020, um total de 97 escolas de Ensino Médio, das quais 44 ofereciam a EJA. Em 2022, houve uma redução para 96 escolas de Ensino Médio; porém, na EJA, o quantitativo permaneceu estável (Inep, 2020; 2022).

Embora o número de instituições de ensino que oferecem EJA no Ensino Médio não tenha diminuído, constatou-se uma redução no número de estudantes matriculados, que passou de 34.677 em 2020 para 27.905 em 2022, em todo o estado do Maranhão. Em São Luís, o total de matrículas passou de 5.630 em 2020 para 3.002 em 2022 (Inep, 2020; 2022). Questiona-se qual seria a justificativa para essa diminuição das matrículas no estado, especialmente considerando que, em 2022, havia 513.000 pessoas de 14 anos ou mais com o Ensino Médio incompleto no Maranhão.

Esses dados suscitam preocupação, uma vez que também decorrem de fatores associados à pandemia de Covid-19 e à Reforma do Ensino Médio, iniciada no governo de Michel Temer (2016-2018). Além disso, um aspecto regional que pode ter contribuído para a redução observada no Maranhão foi a implementação de escolas de tempo integral, como as unidades do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) e os Centros Educa Mais (CEM). Essas ações levaram algumas escolas a suspender suas atividades no período noturno, deixando de oferecer a EJA.

A seguir, na Tabela 1, serão apresentadas as taxas de rendimento escolar da EJA no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Maranhão. Essas taxas, embora estimadas, fornecem uma análise preliminar e exigem uma compreensão aprofundada. O Inep calcula as taxas de aprovação, reprovação ou abandono considerando apenas as matrículas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio Regular, bem como as da modalidade Integrada à Educação Profissional. Assim, as taxas referentes à EJA não entram na coleta do Censo Escolar da Educação Básica e foram calculadas pela Supervisão de Informações Educacionais da Seduc-MA, especificamente para este estudo, com base nos dados de matrículas ativas nesta modalidade na etapa do Ensino Médio, informados no Sistema Educacenso de 2022, o que constitui uma projeção percentual não oficial.

Tabela 1 – Número de matrículas e taxas de rendimento na EJA no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Maranhão em 2022.

TAXA	NÚMEROS ESTIMADOS	PERCENTUAIS ESTIMADOS
Matrícula	27.905	100%
Aprovação	13.441	48,71%
Reprovação	1.755	6,29%
Abandono	5.296	18,98%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados (percentuais estimados) da Supervisão de Informações Educacionais da Seduc-MA (2023).

É preciso considerar que os estudantes matriculados estão distribuídos em duas etapas e que os da Etapa I não apresentam indicação de aprovação, reprovação ou abandono no Censo Escolar da Educação Básica, mas sim “curso em andamento”, ao passo que os estudantes da Etapa II tiveram os seguintes resultados: 13.441 aprovações, 1.755 reprovações e 5.296 abandonos. Por esse motivo, as taxas de rendimento (aprovação, reprovação ou abandono) podem levar a interpretações equivocadas.

A evasão escolar é avaliada diretamente pelo Inep, em períodos bianuais, por meio das taxas de transição ou de fluxo, que analisam a evolução dos estudantes entre os anos letivos consecutivos. Trata-se de um indicador não mensurado pelo governo, uma vez que o estudante pode efetuar matrícula em qualquer instituição de ensino no Brasil. Assim, em nível nacional, essa taxa é determinada a partir do cruzamento dos dados de todas as escolas do país. Dessa forma, não foi possível estabelecer uma estimativa específica no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Maranhão.

Destaca-se que a soma da taxa de abandono e do percentual de reprovação totaliza 7.051 estudantes em risco de evasão. Considerando a Etapa I, há potencial para ampliar o alcance, pois, nesta fase, estudantes aprovados, reprovados ou que abandonam podem evadir-se da modalidade.

Dessa forma, a inferência realizada refere-se à transição da primeira para a segunda etapa, na qual, como nos ciclos e etapas de toda a Educação Básica, que envolvem períodos contínuos de aprendizagens essenciais, não se recomenda a reprovação. Compreende-se que, na EJA do Ensino Médio, essa mesma lógica fundamenta a recomendação de aprovação dos estudantes, promovendo-os com compromisso ético à segunda etapa, na perspectiva de que estejam e se mantenham motivados a concluir a Educação Básica.

O insucesso escolar é um problema tanto para o estudante, que leva à perda da autoestima, quanto para o sistema educacional. As taxas de repetência são elevadas, e o

estudante reprovado e submetido a sucessivos fracassos tende ao abandono e/ou à evasão escolar (Silva, 2023).

Os estudantes participantes desta pesquisa haviam abandonado ou se evadido do ensino regular ou da EJA e retornaram, em 2023, para continuar seus estudos. Assim, os contextos prévios de abandono e evasão, bem como os motivos potenciais identificados para esses fenômenos, foram incluídos nesta análise.

Por meio de um questionário, ao serem indagados se, em algum momento, abandonaram ou se evadiram do Ensino Médio, obteve-se um quadro situacional majoritário, com respostas positivas dos participantes, o que corresponde a 100%. Quanto à recorrência desses fenômenos, com base nos motivos apresentados pelos 40 participantes, 37,5% (ou seja, 15) indicaram que abandonariam novamente. Enquanto 62,5% (ou seja, 25) disseram não ter motivos para deixar a escola⁵. Para fins de comparação, nas Tabelas 2 e 3, apresentam-se os motivos pelos quais os 40 discentes abandonaram ou se evadiram, bem como as razões pelas quais abandonariam novamente.

Tabela 2 – Motivos de abandono e de evasão entre os estudantes.

MOTIVOS APRESENTADOS	N.º DE RESPOSTAS	%
Financeiros/Trabalho	35	87,5%
Dificuldade de aprendizagem/Acesso às tecnologias	20	50%
Problemas familiares (conflitos, perdas, doenças e etc.)	15	37,5%
Distância da residência para a escola/difícil acesso	13	32,5%
Gravidez/Mãe solteira/Para cuidar dos filhos	8	20%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2023).

Tabela 3 – Possíveis motivos para a recorrência do abandono escolar.

MOTIVOS APRESENTADOS	N.º DE RESPOSTAS	%
Trabalho e cansaço físico devido ao trabalho	15	100%
Problemas no relacionamento conjugal e familiar (conflitos, perdas, doenças, filhos pequenos etc.)	10	66%
Falta de segurança, distância, transporte	8	53%
Falta de professores, recursos didáticos e merenda escolar	7	46%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2023).

⁵ Dados agregados: questionários aplicados pelo pesquisador (2023).

No que diz respeito ao primeiro motivo, infere-se que as questões de ordem socioeconômica desempenham papel determinante em um cenário de desemprego que afeta a sobrevivência de uma população desprivilegiada e sujeita a recessões. A relação entre escolarização e trabalho é fundamental para a mobilização do estudante da EJA, que tem responsabilidades no sustento de sua família. Nesse contexto, o fator socioeconômico constitui a principal força motriz para a permanência do estudante em sala de aula, especialmente quando consegue conciliar estudos e trabalho.

Contudo, na ocasião em que há incompatibilidade de horários nessas atividades, devido às suas necessidades e responsabilidades, o que é considerado, nesse contexto, é suprir as exigências básicas para sobreviver, ainda que a legislação educacional expresse que a oferta do ensino deva atender às condições e especificidades dos estudantes, de modo a garantir não somente o acesso, mas também a permanência dos jovens e adultos na escola (Brasil, 1996; Paula e Oliveira, 2011). Contudo, os estudantes veem-se impelidos a buscar melhores condições de vida e optam pelo trabalho.

Por tais motivos, entende-se que o trabalho constitui um fator fundamental para compreender as razões do abandono e da evasão escolar na EJA. Considerando as razões e condições objetivas de vida desses estudantes, discute-se que as contradições presentes na relação escola-trabalho tornam-se evidentes em decorrência das circunstâncias materiais e objetivas que os levam a priorizar o emprego.

11

Embora o mundo do trabalho possa fornecer uma fonte de renda, também pode ser instável e oferecer remuneração inadequada. A falta de oportunidades de emprego formal é uma das principais razões pelas quais uma parcela significativa de pessoas recorre ao trabalho informal. Além disso, a escassez de investimentos em educação e formação profissional dificulta que as pessoas obtenham empregos formais bem remunerados. O desemprego, os baixos salários, a instabilidade, os empregos temporários e precários são constantes em suas vidas, e a falta de perspectivas pode gerar diversos conflitos, bem como um sentimento de apatia e desespero nelas (Brunel, 2004; Paula e Oliveira, 2011).

Neste contexto, torna-se relevante discutir a questão da não conciliação entre estudos e trabalho. Diversos estudantes abandonam a EJA, mesmo quando as aulas são oferecidas no período noturno, devido à impossibilidade de conciliar os horários com as obrigações laborais. A questão que se impõe é: quem deve promover a flexibilização? A instituição escolar ou o empregador? A dificuldade de conciliar atividades escolares e profissionais é uma realidade

enfrentada pelos estudantes da EJA, especialmente os que estão em situação de emprego precário. Tal dificuldade em harmonizar as responsabilidades laborais com os estudos pode levá-los à desistência escolar.

O número de pessoas desempregadas e que ainda não conseguiram o primeiro emprego é alarmante, gerando frustração e medo quanto ao futuro (Brunel, 2004). Assim, a falta de flexibilização por parte da escola leva o estudante a abandoná-la ou sequer procurá-la, pois, segundo Brunel (2004, p. 86), “o trabalho para os jovens não significa apenas garantir um espaço econômico na sociedade, mas também adquirir bens de consumo que os identifiquem como jovens e uma certa sensação de liberdade”.

A EJA tem entre suas razões objetivas promover a inclusão e combater as desigualdades, visto que algumas pessoas enfrentam barreiras sociais e econômicas que afetam sua educação e suas oportunidades na vida, como o trabalho e a continuidade dos estudos, entre outros. As desigualdades sociais estão estreitamente relacionadas à falta de acesso à educação e à qualidade de vida adequadas para jovens e adultos das camadas populares.

Percebe-se que a principal causa apontada para justificar o elevado índice de abandono ou evasão escolar é o “trabalho”, pois, para esses estudantes, conciliar o emprego com o estudo torna-se uma tarefa difícil devido a fatores como o cansaço após uma longa jornada de trabalho. Desde a V Confintea, em Hamburgo, na Alemanha, em 1997, apresenta-se um conceito ampliado de EJA, no qual se destaca a relação entre educação e trabalho, ou seja, a integração entre qualificações técnicas e profissionais, como elementos significativos para a participação dos sujeitos no processo de produção de bens da sociedade e de necessidades individuais (Furtado e Lima, 2010).

Uma das principais características dos estudantes da EJA é a condição de trabalhador ou de alguém em busca de emprego. São sujeitos que não buscam apenas uma renda, mas também desejam cumprir suas obrigações econômicas pessoais e familiares.

Para esses estudantes, o trabalho se destaca em relação aos estudos, pois a sobrevivência é primordial em detrimento da escola, visto que, no emprego, é preciso seguir rigorosamente o horário de entrada, intervalo e saída para não serem penalizados; já na escola, embora existam as mesmas regras, eles chegam atrasados, faltam às aulas e têm dificuldades para participar delas. Diante disso, é importante compreender o trabalho na vida dos jovens sob a perspectiva da positividade, pois, mesmo quando se referem ao cansaço para justificar o desinteresse pelas aulas, apontam outras razões (Abdalla, 2004, p. 46).

O cansaço dos estudantes acaba interferindo em seu rendimento escolar, pois, quando chegam à sala de aula, não conseguem manter a atenção para compreender o conteúdo ministrado pelo professor e, geralmente, acabam dormindo. Nesse sentido, o trabalho e o cansaço físico são os principais motivos apresentados pelos estudantes em caso de recorrência do abandono, conforme demonstra a Tabela 3. Ao se perguntar se estavam trabalhando, constatou-se que, dos 40 participantes, 24 trabalhavam até o momento da aplicação do questionário, o que equivale a 60%, enquanto 16, ou seja, 40%, estavam desempregados⁶.

O trabalho é, sem dúvida, uma categoria relevante nesta análise, pois os determinantes sociais moldam as condições objetivas no contexto socioeconômico. Na perspectiva capitalista atribuída ao trabalho, assume-se uma condição de sobrevivência associada à operacionalização e à produção, que perdem seu sentido humanizador, enquanto o resultado disso visa ao lucro e ao consumismo.

É importante ressaltar que o significado atribuído ao trabalho pelo capital é completamente diferente do sentido que a humanidade lhe confere. A perda de uma razão social do trabalho que humaniza pode levar os estudantes trabalhadores a uma condição sub-humana de existência. Numa análise específica dessas respostas, quando os estudantes especificam com que trabalham atualmente, percebe-se que a perda da razão social do trabalho ocorre por terceirização, informalidade, que quase sempre se traveste de trabalho autônomo e precarização (Antunes *et al.*, 2007).

13

Desse modo, atentou-se ao que os estudantes responderam ao serem questionados sobre a categoria de trabalho que exercem, o que revelou uma categorização diversificada no âmbito do trabalho informal, como vendedores e revendedores em geral (especialmente de artigos de roupa e cosméticos), ajudantes de pedreiro, jardineiros, prestadores de serviços em restaurantes, diaristas, empregadas domésticas e cabeleireiros. Por outro lado, alguns estudantes relataram que trabalham em empregos formais, como agentes administrativos, na distribuição de bebidas, no atendimento em óticas, em lojas de telefonia e em empresas terceirizadas⁷.

Deve-se realizar uma análise específica da dimensão subjetiva dos estudantes, fundamentada em suas expressões e características particulares, uma vez que são sujeitos sociais, respaldada por depoimentos e vozes silenciadas, dadas suas condições de trabalho. Esses jovens, ao ingressarem na escola, encontram-se exaustos após o dia de trabalho. Argumenta-se

⁶ Dados agregados: questionários aplicados pelo pesquisador (2023).

⁷ Dados agregados: questionários aplicados pelo pesquisador (2023).

que as condições econômicas que determinam sua luta pela sobrevivência evidenciam a precariedade e vulnerabilidade social (Antunes et al., 2007).

Numa relação entre educação e trabalho, percebe-se que esses estudantes estão em total desvantagem, pois, nessas condições, os sentidos de seu trabalho não têm centralidade no ato laborativo no mundo contemporâneo, que exige habilidades de presteza, inovação e comunicação, entre outras competências que podem ser desenvolvidas pela escola.

As exigências do mundo do trabalho, numa perspectiva crítica, atribuem ao espaço operário a obrigação de ir além das aparências. Isso significa que, nesse processo, os estudantes trabalhadores ficam excluídos, à margem de seus direitos sociais, seja por falta de oportunidades, seja pelas exigências impostas pela atualidade (Antunes *et al.*, 2007).

Os sujeitos da EJA encontram-se em situação de vulnerabilidade. As oportunidades de emprego são limitadas para eles, uma vez que uma parcela significativa não possui qualificação profissional e enfrenta dificuldades em um contexto de crise da sociedade salariada. Dessa maneira, o mundo do trabalho não lhes oferece espaço para possibilidades ou escolhas. Pelo contrário, muitos deles não apreciam as atividades que desempenham e as percebem apenas como fonte de renda, sem centralidade ou significado além disso.

O trabalho, nessa condição, não constitui a ontologia do ser e reduz-se a uma obrigação necessária à sua sobrevivência, e o retorno à sala de aula transforma-se num esforço individual de cada jovem e adulto à margem dos direitos políticos e sociais, haja vista as demandas impostas pelo capital em relação à escolaridade (Dayrell, 2011; Paula e Oliveira, 2011).

O segundo fator apontado pelos estudantes quanto aos motivos do abandono e da evasão escolar foi a dificuldade de aprendizagem. Essas dificuldades podem estar relacionadas ao período apropriado em que não frequentaram a escola regular e ao processo de assimilação tardio dos conteúdos. A idade jovem ou adulta possui características próprias de maturação, que não ocorrem nas fases do desenvolvimento infantojuvenil, mas em suas experiências socioculturais de vida.

Constata-se que a necessidade de desenvolver disciplina nos estudos, a insuficiência de tempo para estudar em casa, o cansaço experimentado após o dia de trabalho e a percepção de que possuem um ritmo de aprendizagem que requer mais tempo e atenção contribuem para tornar a retomada da trajetória escolar tensa e difícil (Santos, 2006).

A centralidade deste problema pode residir em uma ação pedagógica que não efetive a mediação entre conteúdos, experiências e conhecimentos prévios. Por outro lado, diversos

estudantes se veem incapazes de aprender devido à longa ausência da escola ou por nunca a terem frequentado.

Em relação ao Ensino Médio, a não consolidação dos conhecimentos básicos adquiridos no Ensino Fundamental pode afetar diretamente o estudante, que perde os pré-requisitos para dar continuidade aos estudos. A flexibilidade no currículo é vital para que se mantenha em um processo progressivo e dinâmico. A dificuldade de aprendizagem também pode resultar de fatores internos e externos à escola, especialmente quando se cruzam com o currículo organizado e trabalhado, o que desmotiva esses estudantes, que necessitam de um currículo diferenciado e dinâmico.

Nesse contexto de dificuldades, se os estudantes não abandonam a escola, as aulas na EJA assumem uma tarefa equivocada ao simplesmente buscarem notas para passar de ano, em que os conteúdos são encarados sem as devidas contextualizações aos cotidianos dos estudantes, levando a instituição de ensino a se tornar apenas o meio para conseguir o diploma e, com este, a esperança de conquistar um emprego (Dayrell, 1996).

Diante desse fator relacionado ao abandono e à evasão escolar, é possível identificar a necessidade de a educação ampliar a visão de ensino e aprendizagem para um processo que contemple a multidimensionalidade humana e as capacidades reflexivas diante das

Outra dificuldade relaciona-se ao afastamento tecnológico e digital, particularmente entre os adultos, que, durante a pandemia de Covid-19, enfrentaram desafios dessa natureza. Nos casos dos estudantes de menor faixa etária da EJA, que tiveram acesso, ainda que restrito, às plataformas digitais, a facilidade foi maior, pois já nasceram na era tecnológica. Se existiram obstáculos entre esses estudantes e as aulas remotas, estes foram diferentes daqueles enfrentados por pessoas adultas e idosas, pois estas nasceram em um contexto em que essa tecnologia era precária e de acesso limitado (Silva e Cruz, 2022).

Ao questionar se os estudantes estavam matriculados durante a pandemia de Covid-19 e se conseguiam acompanhar as aulas remotas, constatou-se que 18 deles (45%) tiveram acesso às aulas, enquanto 22 (55%) ficaram impedidos de assistir, ou seja, não puderam continuar os estudos⁸. Isso indica que a maioria dos estudantes enfrentou dificuldades para participar das aulas remotas. Os principais obstáculos enfrentados nesse período estão detalhados na Tabela 4.

⁸ Dados agregados: questionários aplicados pelo pesquisador (2023).

Tabela 4 - Demonstração das principais dificuldades dos estudantes relacionadas às aulas remotas durante a pandemia de Covid-19.

DIFICULDADES	N.º DE RESPOSTAS	%
Acesso à internet e equipamentos: celular, notebooks, computadores	37	92,5%
Adaptação ao modelo de aprendizagem no ensino remoto e ao uso de recursos tecnológicos, como aplicativos e plataformas.	35	87,5%
Preocupação com a saúde familiar e falta de atenção durante as aulas	35	87,5%
Compreensão dos conteúdos e atividades orientadas pelos professores	32	80%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2023).

Observa-se que os dados evidenciam as condições enfrentadas pelos sistemas de ensino e por aqueles envolvidos com eles, incluindo a preocupação com a saúde física e emocional na fase aguda da pandemia de Covid-19. Não apenas os estudantes da EJA no Maranhão, mas também uma parcela expressiva de estudantes de todo o país, especialmente os vinculados às redes públicas de ensino, não tiveram condições adequadas para permanecer em isolamento durante esse período.

Os obstáculos no acesso às tecnologias e as dificuldades na compreensão das práticas pedagógicas interferiram diretamente na qualidade do ensino e na motivação dos estudantes da EJA, levando alguns deles a se ausentar das aulas remotas ou a interromper o processo de escolarização em virtude da dinâmica dessas aulas, que, embora asseguradas, não foram suficientes para garantir a permanência dos sujeitos na escola (Pinho *et al.*, 2022).

A partir desses dados, pode-se inferir que, neste cenário, as ações do Estado foram mínimas. Foi um momento delicado que, por outro lado, se constituiu em terreno fértil para investidores em escala internacional e local, visionários do lucro em nome da necessidade de atualização tecnológica, obrigatória para boa parte das pessoas.

Em outra etapa desta análise, com base nas informações apresentadas nas Tabelas 2 e 3, referentes aos motivos pelos quais os estudantes abandonaram ou se evadiram, bem como às razões pelas quais abandonariam novamente, destaca-se que os problemas relacionados ao abandono e à evasão na EJA também podem estar diretamente vinculados a conflitos familiares, dificuldades no relacionamento conjugal, filhos pequenos, gravidez precoce, entre outros fatores. Os estudantes podem receber apoio e motivação de suas famílias, o que não é a realidade de muitos deles. No caso das mulheres, tais problemas se agravam quando enfrentam situações de violência doméstica, conflitos caracterizados pelo machismo, agressões e pressões psicológicas.

Somados aos conflitos familiares, destacam-se os casos relacionados à gravidez e ao cuidado de filhos pequenos apresentados na Tabela 2, que representam 20% das estudantes que afirmaram já ter abandonado ou se evadido. Em alguns casos, as mulheres na condição de mães solo, que moram com seus pais ou sozinhas, não têm condições de arcar com as responsabilidades financeiras e afetivas e não contam com nenhuma rede de apoio para frequentar a EJA e cuidar de seus filhos.

As políticas e programas de EJA necessitam desenvolver uma abordagem para mapear e compreender as realidades do público-alvo da modalidade, desvelando os mecanismos desiguais que situam homens e mulheres em condições determinadas pela exclusão. São sujeitos com trajetórias educacionais marcadas por interrupções e reingressos em idade elevada, acrescida da responsabilidade de garantir sua sobrevivência e de suas famílias, circundada por conflitos conjugais e familiares, gravidez não planejada, mães solo que precisam cuidar de seus filhos, entre outros fatores que revelam a maneira como o retorno aos estudos, no caso de pessoas jovens ou adultas, é encarado socialmente (Paula e Oliveira, 2011; Santos, 2006).

Outro fator destacado pelos estudantes foi a distância entre a instituição de ensino e suas residências. Relataram a ausência de transporte adequado e a falta de segurança ao percorrer esse trajeto⁹. É imperativo considerar a proximidade das moradias dos estudantes, promovendo a oferta de vagas em escolas próximas às suas residências, a fim de prevenir que as condições estruturais precariamente mantidas nas localidades se tornem fatores que levem ao abandono escolar. A LDB n.º 9.394/96 determina que a EJA deve levar em conta as condições de vida e de trabalho dos estudantes (Brasil, 1996). Uma vez que, frequentemente, os estudantes da EJA são trabalhadores que se deslocam à noite até a escola após o expediente, é fundamental que a realidade do deslocamento e a proximidade da instituição de ensino sejam consideradas nas matrículas dessa modalidade.

Há também casos em que os estudantes fazem suas matrículas em escolas próximas aos seus locais de trabalho e, ao término da aula, precisam percorrer um longo caminho até suas casas. Isso demonstra que, para se livrarem das despesas de transporte, os estudantes criam estratégias próprias para lidar com a situação (Santos, 2006).

Com relação à falta de segurança, é relevante destacar os dados do Ministério Público do Estado do Maranhão, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Maranhão e do

⁹ Dados agregados: questionários aplicados pelo pesquisador (2023).

Departamento de Repressão ao Narcotráfico na Capital, produzidos entre 2015 e 2023, que revelam uma redução da violência e da criminalidade em São Luís, decorrente das ações de prevenção e repressão organizadas pelas Polícias Civil e Militar do Maranhão.

Contudo, bairros como Centro, Liberdade, Cidade Operária, Cidade Olímpica, Janaína, Jardim América, Cohab, Vila Isabel Cafeteira e Anjo da Guarda apresentam elevados índices de mortes violentas, de assaltos em transportes coletivos e de tráfico de drogas. As escolas desta pesquisa atendem a um número significativo de estudantes da EJA que residem nesses bairros. No entanto, essas condições de segurança e transporte não se restringem a essas localidades.

Quanto às questões pedagógicas, diretamente relacionadas ao currículo, às práticas docentes e às condições de oferta e manutenção da permanência dos estudantes no cotidiano da escola, registra-se um fator recorrente: a falta de professores, além da inexistência ou insuficiência de livros didáticos para os estudantes e de recursos pedagógicos da modalidade. Esses fatores foram destacados na Tabela 3, na qual os estudantes se referiram às possibilidades de abandonar a escola novamente.

É vital investir em políticas de formação e remuneração adequadas aos professores, bem como em recursos didáticos que promovam uma abordagem sociocultural, contribuindo para a permanência dos estudantes até a conclusão do Ensino Médio. A necessidade de um professor em contínua formação para esse trabalho deve considerar a complexidade desse espaço educativo, a diversidade geracional que o compõe, bem como as diversas formas pelas quais a aprendizagem ocorre e como as problemáticas emergem (Jardilino e Araújo, 2014).

Outro fator motivador está relacionado ao fornecimento de recursos didáticos. Para os estudantes, os livros e demais recursos compatíveis com a ação educativa implementada na EJA podem atender às suas necessidades de formação (Santos, 2006). Contudo, além da insuficiência de livros para atender à demanda das escolas, por vezes, os livros utilizados não condizem com a realidade do estudante trabalhador nem com as especificidades da modalidade (Arroyo, 2017).

Ressalta-se que os estudantes empreenderam uma luta para retomar a trajetória de escolarização outrora interrompida e ainda se deparam com inúmeros obstáculos a serem superados para permanecerem na escola, construindo um delicado equilíbrio entre condições favoráveis e desfavoráveis, com estratégias próprias para continuar os estudos e favorecer a ascensão na formação escolar (Santos, 2006).

Neste estudo, revelou-se que o fator preponderante e favorável ao abandono e à evasão na EJA mantém, em primeira análise, estreita relação com as condições socioeconômicas dos

estudantes. Tal relação tem desdobramentos significativos em diversos aspectos de suas vidas sociais. Dessa forma, confirma-se que as desigualdades sociais são fatores determinantes e se manifestam em fenômenos como esses, especialmente no contexto da EJA e de suas complexidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisa o abandono e a evasão escolar na EJA do Ensino Médio no Maranhão. Não se limita à descrição de um histórico desconexo da modalidade, mas apresenta uma discussão teórico-prática sobre os fatores de abandono e evasão, a partir da análise da EJA oferecida em quatro escolas de Ensino Médio da capital maranhense.

A pesquisa revelou trajetórias inconclusas e jornadas de exclusão e discriminação que não podem ser enfrentadas apenas com a implantação de campanhas e programas de incentivo financeiro-educacional. É necessário estabelecer políticas públicas eficazes que promovam o retorno e a permanência dos estudantes na EJA, além de reduzir o abandono e a evasão escolar.

Constatou-se que diversos fatores contribuem para o abandono e a evasão na EJA, como a necessidade de trabalhar para sustentar a casa, a dificuldade de conciliar os estudos com outras atividades, a falta de incentivo da família, a baixa autoestima, o desinteresse pelo conteúdo e a escassez de suporte pedagógico na escola, destacando-se, entre estes, a priorização da sobrevivência. Portanto, os fatores socioeconômicos são determinantes para o abandono, a evasão e a permanência do estudante na EJA.

A importância do estado do Maranhão rever sua trajetória histórica, suas ações e políticas locais torna-se crucial para superar o analfabetismo e a baixa escolaridade básica, especialmente em um contexto político e econômico marcado pela crise sanitária e humanitária provocada pela pandemia de Covid-19. É imprescindível fomentar a implementação de propostas pedagógicas adequadas, adotando posicionamentos e práticas assertivos para assegurar o acesso dos estudantes à educação, bem como sua permanência até a conclusão da Educação Básica. Ademais, é importante estimular e orientar os estudantes a continuarem seus estudos após o término do Ensino Médio.

Trata-se, pois, de uma responsabilidade político-social que envolve a oferta de um ensino humanizado, inclusivo e de alta qualidade, promovendo mudanças substanciais, fortalecendo a resistência, o compromisso e os motivos tangíveis e concretos para que os estudantes

permaneçam na escola, por meio de reflexões pertinentes, motivações e incentivos à construção da autonomia e ao exercício da cidadania.

A desigualdade social constitui um problema complexo e multifacetado. Para combatê-la eficazmente, é imprescindível compreender as causas profundas e estruturais que a sustentam. Ressalta-se a importância de reconhecer a diversidade e o valor cultural dos grupos sociais, bem como de empenhar-se na construção de uma sociedade justa e inclusiva. Nesse contexto, o abandono e a evasão escolar representam fenômenos intrinsecamente relacionados à vida social. Parte dessa problemática reflete-se na migração de estudantes que desistem ou deixam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio regular para se matricular na EJA.

Presume-se que as razões do abandono e da evasão, especialmente no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Maranhão, estão diretamente relacionadas ao modo de vida das populações, em contextos desfavoráveis, marcados por acentuadas desigualdades sociais. Quando faltam estrutura social, segurança, acesso à moradia, energia, água, transporte, emprego, escola, serviços de saúde, cultura, lazer, saneamento básico e comida na mesa, essas condicionantes tornam-se determinantes para que um jovem, um adulto ou uma pessoa idosa deixe a escola em busca de sobrevivência, percebendo, por outro lado, que o Estado não oferece políticas consistentes de permanência escolar.

20

Diante dessa problemática, infere-se que a EJA representa uma alternativa educacional essencial à concretização da escolarização básica. Ademais, promove o enriquecimento dos conhecimentos e das experiências que os estudantes trazem de suas histórias de vida, por meio da troca de experiências entre professores e alunos, ambos abertos a mudanças, ao crescimento e à conscientização.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo *et. al.* **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização!** 2.ed. Boitempo, 2007.

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora 2011.

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. [Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional]. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1,

Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sócio-cultural. In: **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A juventude e a Educação de Jovens e Adultos: reflexões iniciais – novos sujeitos. In: **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DI PIERRO, Maria Clara. A atualidade das políticas de EJA. In: CORTI, Ana Paula; CÁSSIO, Fernando; STOCO, Sergio. **Escola pública: práticas e pesquisas em educação**. Santo André, SP: Editora UFABC, 2023.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes; LIMA, Kátia Regina Rodrigues. EJA, Trabalho e Educação na Formação Profissional: possibilidades e limites. In: **Educação & Realidade**. V. 35, n.º 1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas**. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

21

MOURA, Dante Henrique; Silva, Meyrelândia dos Santos. A evasão no curso de licenciatura em Geografia oferecido pelo CEFET - RN. **Holos (Online)**, v. 3, p. 26-42, 2007

OLIVEIRA, Maria Sônia Souza de. **Trabalho e Educação: um olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos e a relação com o mundo do trabalho**, 2007. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Márcia Cristina de. **Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida**. Curitiba: Ibpx, 2011.

PINHO, Thomáz Augusto Sobral; DA ROCHA, Tamara Trajano; DA SILVA, Lilian Renata Teixeira; RAMOS, Vânia Maria Tibúrcio; DE MENEZES, Priscylla Karoline. A EJA em tempos de pandemia: análise do fator (des)motivação. **Revista de Geografia**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 219-234, 2022.

SANTOS, Geovania Lúcia dos. Quando adultos voltam para a escola: o delicado equilíbrio para obter êxito na tentativa de elevação da escolaridade. In: **Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *et al* (2009). **Infância Interrompida: caracterização das actividades desenvolvidas pelas crianças e jovens em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

SILVA, Ideana da Mata; CRUZ, Angelina Costa. A importância da formação tecnológica do professor da educação de jovens, adultos e idosos (EJAI). In: **Saberes, memórias e experiências em EJAI**. São Luís: EDUEMA, 2022.

SILVA, Jadson Luís da. **Abandono e evasão escolar no Ensino Médio da rede pública de Santa Catarina**: uma proposta de Tecnologia Social de Acompanhamento. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

SOARES, Leônicio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.